

REQUERIMENTO DE SESSÃO SOLENE Nº _____ DE 2024

(Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara, em homenagem aos quarenta do reconhecimento como patrimônio histórico do Brasil do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no que dispõe o artigo 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Sessão Solene *em homenagem aos quarenta anos do reconhecimento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho como patrimônio histórico do Brasil.*

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição da cultura africana no Brasil é notável em todas as formas de manifestação, não sendo diferente nos aspectos que determinam as relações sociais do ponto de vista do que a perspectiva eurocêntrica nomeia como religiosidade, a qual entendemos como expressão cultural de origem Nagô.

Por meio de diferentes influências de povos trazidos sob sequestro do continente africano conformaram-se coletividades e foram preservadas ou reinventadas formas de culto a partir das memórias, as quais a violência da escravidão e da colonização não foram capazes de apagar.

Com o tempo os cultos vindos de África foram ganhando contornos e sistematizações em espaços que vieram a se constituir como comunidades, territórios de práticas culturais afro centradas, com preservação de conhecimentos desde a linguagem até os chamados segredos da ancestralidade de diferentes regiões africanas, são os chamados Candomblés.

Nesse contexto, o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, localizado no município de Salvador, no estado da Bahia, se destaca sendo reconhecido por sua fundação ter mais de trezentos anos. Tendo sido fundado inicialmente na área



atualmente conhecida como Centro Histórico de Salvador, foi transferido para o Engenho Velho do Rio Vermelho de Baixo, no trecho chamado Joaquim dos Couros, lugar onde se encontra até hoje, estabelecendo aí o primeiro Terreiro de Culto Africano na Bahia, um espaço que resguarda e religa os descendentes dos desterrados iorubanos aos seus territórios ancestrais por meio do culto às divindades ancestrais, os Orixás., e que é conhecido como um dos primeiros, senão o primeiro, Terreiro de Culto Africano da Bahia, comunidade fundada por três negras africanas cujos nomes são: Adetá ou Iyá Detá, Iyá Kalá, Iyá Nassô e Babá Assiká, Bangboshê Obitikô.

Tais espaços não se mantiveram, ou se mantêm , sem a luta e resistência de seus integrantes:

(...) foram criminalizadas em um processo semelhante àquele experimentado pelo paganismo na Europa – que vivia então o auge da caça às bruxas. Mesmo após a independência do Brasil, as crenças de matriz africana continuaram a ser marginalizadas: “No Brasil República, em vez de heresia, elas passaram a ser tratadas como expressão de inferioridade racial”, afirma Gonçalves.

Ao longo do século 19, sob as diretrizes do higienismo, a polícia apreendeu imagens de orixás, ferramentas de culto e outros objetos sagrados que até hoje estão em posse do Museu da Polícia Civil. “Mais de um século depois, fiéis e descendentes dos pais de santo da época ainda lutam para tirar essas peças do de lá e levá-las de volta para os terreiros”, diz Carolina Rocha.

A violência seguiu nos anos 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, quando, segundo Gonçalves, as crenças afro-brasileiras tomaram proporções de “atraso cultural”. Terreiros foram invadidos e destruídos pelo Estado, batuques de tambores e atabaques foram proibidos e a prática da imolação animal passou a ser encarada como “anti-higiênica e cruel”. Tudo isso enquanto a intelectualidade começava a se interessar por essas religiões e o samba nascia nos mesmos nos mesmos terreiros criminalizados. “Se popularizava, ali, o mito da democracia racial, que até hoje existe e faz com que a opinião pública ache exagero falar em racismo”, acredita Rocha. (D`Angelo Helô, As origens da violência contra religiões afro-brasileiras, *in* Revista Cult, 21 de setembro de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-religiosa-candomble-umbanda/>)

O Terreiro conta com uma área de 6.800m² (Figura 2), e foi o primeiro monumento negroliderado por mulheres tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN em 1984 (IPHAN)., fato objeto deste



requerimento, o qual se quer homenagear por representar uma medida de reparação histórica aos diferentes aspectos de violência praticados por meio da colonização e escravização por mais de três séculos do povo africano trazido ao Brasil, bem como ao racismo que segue com suas manifestações também nas práticas de culto, com a repressão as manifestações que permeiam a sociedade brasileira.

O reconhecimento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká como Patrimônio Material do Brasil por meio de seu tombamento representa um passo de reconhecimento da sua contribuição cultural para a nação brasileira, mas também um meio de oferecer salvaguarda a este território, que, desfigura da contribuição artística e histórica dos bens tombados anteriormente, para concentrar numa arquitetura determinada por elementos simbólicos de uma cosmovisão diferente da centrada nos valores Simbólicos eurocêtricos, além de representar um mecanismo estatal de proteção a espaços que sofrem com a ameaça da especulação imobiliária e também do racismo que tem levado a ações criminosas como os recorrentes incêndios, a destruição de artefatos e a violência contra as lideranças das tradições de matriz africanas.

Tal sessão pretende homenagear a casa conhecida como Casa Mãe para as comunidades de matriz africana do tronco Nagô, mas também fortalecer a resistência de cada território de matriz africana do Brasil, que combate o racismo e as dificuldades apresentadas pela dinâmica sócio espacial e pela especulação imobiliária, como a ameaça ao seu território recentemente vivenciada pela primeiro terreiro tombado como patrimônio cultural do Brasil, que venceu na justiça o direito de posse e usufruto do espaço historicamente ocupado.

Pelas razões aqui apontadas justificamos a homenagem aos quarenta anos do reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro de um espaço que simboliza a resistência cultural do povo negro no Brasil.





Requerimento de Sessão Solene (Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara, em homenagem aos quarenta do reconhecimento como patrimônio histórico do Brasil do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho

Assinaram eletronicamente o documento CD246565266200, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 3 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE - LÍDER do Bloco Federação PSOL REDE *(p_6337)
- 4 Dep. Odair Cunha (PT/MG) - LÍDER do Bloco Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil *(P_113566)
- 5 Dep. Luiz Couto (PT/PB) - Fdr PT-PCdoB-PV

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

